

Controle para evitar explosão

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

Os gastos com a Previdência Social, apontados pelo mercado financeiro como a principal fonte de aumento das despesas correntes do governo, vão crescer pelo menos R\$ 18,3 bilhões em 2007, passando a representar 8,06% (R\$ 185 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB). Neste ano, a estimativa é de que alcancem 7,93% do PIB. A previsão foi feita pelo governo por meio do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, encaminhada no final da semana passada ao Congresso. Já os gastos com pessoal terão incremento da ordem de R\$ 8,7 bilhões, totalizando, no ano que vem, R\$ 112 bilhões, o equivalente a 4,88% de todas as riquezas produzidas pelo país em um ano.

A expectativa sobre o detalhamento da LDO era grande, diante da desconfiança cada vez maior dos investidores em relação à capacidade do governo de cumprir a meta fiscal deste ano, de superávit primário (receitas menos despesas, sem contar os gastos com juros) de 4,25% do PIB. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, marcou entrevista para hoje e vai explicar o projeto. O mercado está particularmente interessado em saber se realmente o governo levará adiante a promessa de reduzir as despesas correntes em 0,1 ponto percentual do PIB a partir do ano que vem. Pela LDO, essas despesas, que parecem estar fugindo ao controle, ficarão em 17,61% do PIB em 2007, em 17,51% no ano seguinte e em 17,41%, em 2009, patamares considerados elevadíssimos pelos analistas.

Rigor maior

Para mostrar que o compromisso com a austeridade fiscal está mantido, o governo incluiu um

dispositivo na LDO definindo que todas as propostas de criação ou de aumento de despesas obrigatórias terão que ser previamente submetidas ao crivo dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. A regra, explica-

ram técnicos da equipe econômica, não valerá apenas para o Executivo. Ela é extensiva aos poderes Legislativo e Judiciário. Nesse contexto, o governo controlará, com atenção especial, os aumentos de salários de servidores. Segundo a LDO, além de ser fixada uma norma específica para reajustes do funcionalismo, o governo só acatará projetos de lei para a criação, reestruturação ou alteração de cargos e carreiras encaminhados ao Congresso até 29 de julho de 2006.

É com o controle maior das despesas, que o governo está contando para ampliar, ainda que modicamente, sua capaci-

dade de investimentos. Pela LDO, o Projeto Piloto de Investimentos (PPI), que inclui programas excluídos dos cálculos do superávit primário, absorverá R\$ 4,59 bilhões em 2007, R\$ 1,283 bilhão a mais que neste ano. Esses investimentos — destinados, sobretudo, ao saneamento básico — saltarão de 0,15% para 0,20% do PIB, praticamente nada diante das necessidades do país. É preciso ressaltar ainda que boa parte dos recursos do PPI não foi liberada em 2005 e nem neste ano, devido às limitações de endividamento impostas ao setor público, o único demandador desse dinheiro.

A LDO, que deve ser aprovada pelo Congresso até junho, trouxe outra promessa do governo com o intuito de adoçar os investidores. Ao manter o superávit primário em 4,25% do PIB pelos próximos três anos e com crescimento econômico de 4,75% (2007), de 5% (2008) e de 5,25% (2009), o governo garantiu que a relação entre a dívida pública e o PIB cairá dos atuais 51% para 44,21% do PIB. Essa trajetória de redução da dívida seria acompanhada, segundo o governo, da diminuição do déficit nominal (que leva em conta os gastos com juros) de 3,05%, no ano passado, para 1,34% do PIB, em 2007.

dívida pública

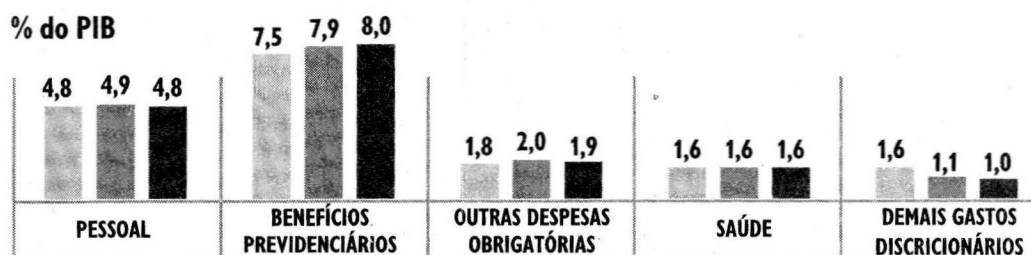


A MÃO QUE GASTA

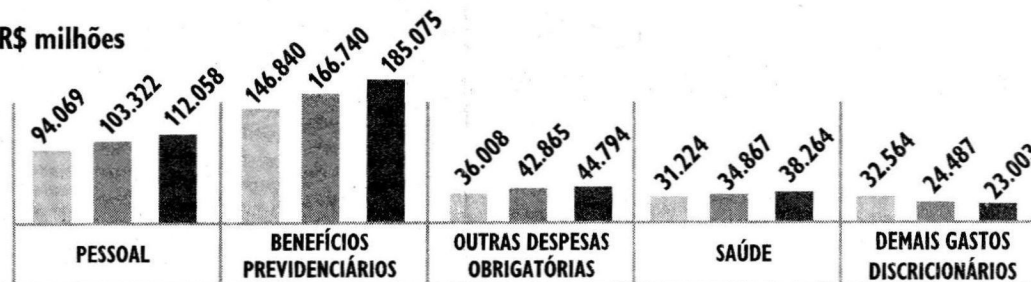
Despesas correntes do governo federal

2005 2006* 2007*

% do PIB



R\$ milhões



* Projeções

Arte: Amaro Junior/CB